

# A RELAÇÃO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Nathalia Nery<sup>1</sup>  
Bruno Gawryszewski<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo explora a relação entre trabalho e educação no contexto do ensino médio noturno. Para tanto, foram abordados alguns aspectos das transformações do mundo do trabalho e de que maneira a classe trabalhadora tem sofrido consequências de uma ofensiva por parte do Estado, que visa auferir ganhos à classe dominante. Posteriormente, abordamos dimensões que caracterizam os estudantes do turno noturno, em especial do ensino médio por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). São apresentados resultados de uma pesquisa em andamento através de um grupo de discussão realizado com estudantes de ensino médio da EJA a respeito da relação entre trabalho e educação nas suas vidas. O artigo conclui que o trabalho, ainda que de maneira precarizada, é uma dimensão central na vida dos estudantes, mas que a conclusão do ensino médio é vislumbrada como uma possibilidade de melhoria nas condições de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** ensino médio noturno, trabalho e educação, Educação de Jovens e Adultos.

## Introdução

Este estudo tem como objetivo compreender a relação entre trabalho e educação, tomando como foco a percepção de estudantes do ensino médio no turno noturno. Buscou-se abordar como a precarização do trabalho e a intensificação da retirada de direitos afetam as condições de vida e as perspectivas desses estudantes, que em sua maioria são trabalhadores ou buscam inserção no mercado de trabalho. Também foram correlacionados alguns aspectos das premissas do modo de produção capitalista, materializadas nas transformações das relações de trabalho sobre essa população, articulando os debates em torno da vida laboral dos sujeitos e do papel da educação com as experiências narradas por eles.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX).

2 Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX).

O avanço do capitalismo e suas constantes transformações têm provocado profundas mudanças nas relações de trabalho. Desde a crise do petróleo de 1973, a flexibilização, a desregulamentação e o aumento de contratos temporários tornaram-se marcas da reorganização produtiva global. Essa dinâmica impactou particularmente os trabalhadores em países periféricos, que enfrentam maior informalidade, baixos salários e condições precárias de trabalho.

Autores como Harvey<sup>3</sup> e Antunes<sup>4</sup> analisam como o avanço tecnológico e a busca por mais-valia relativa intensificaram a exploração da força de trabalho, gerando maior vulnerabilidade. Aqui no Brasil, essas mudanças começaram a ser implementadas de maneira mais contundente a partir dos anos 1990. A “década neoliberal”<sup>5</sup>, ficou caracterizada por políticas que promoviam a desregulamentação e a flexibilização de direitos trabalhistas, incluindo reformas que permitiram maior liberdade para acordos individuais entre empregador e empregado, como a contratação por tempo determinado e a implementação do banco de horas.

A retórica predominante, amplamente disseminada pela mídia e pelos setores econômicos, é de que a flexibilização seria um mecanismo para aumentar a competitividade e impulsionar a geração de empregos. No entanto, essa narrativa mascara a precarização das condições laborais e a retirada de direitos, promovendo a formação de uma força de trabalho facilmente descartável. Modelos como o trabalho “uberizado” exemplificam essa realidade, prometendo flexibilidade ao trabalhador enquanto o submetem a jornadas imprevisíveis e à ausência de direitos básicos, como férias e previdência. As empresas, por sua vez, se beneficiam da redução de custos trabalhistas e da ausência de responsabilidades com os direitos dos trabalhadores.

Essas medidas econômicas que têm como objetivo reduzir os gastos públicos e aumentar a arrecadação de impostos, sob o argumento de equilibrar as contas do Estado, são comumente denominadas de política de austeridade. Comumente envolvem a redução de benefícios de proteção sociais como seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada e previdência pública, por isso acabam tendo um impacto direto na qualidade de vida dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis. Um ponto a se destacar é a falácia de que, ao cortar direitos sociais, seria possível estimular a economia e a criação de empregos. Ao tratar desse assunto, Filgueiras<sup>6</sup> vai caracterizar essas políticas como “austeridade de mão única” e segue:

Ao mesmo tempo que os direitos sociais foram atacados no mundo, foi comum a redução de impostos para empresas e pessoas mais ricas. Essa austeridade de

3 HARVEY, D. **Para Entender O capital**. São Paulo, SP:Boitempo,2013.

4 ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**/ Ricardo Antunes. -2. ed.- São Paulo. Boitempo,2020.

5 ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “ década neoliberal”(1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, p. 71-94, 2002.

6 FILGUEIRAS, V. **“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital**. São Paulo: Boitempo, 2021.

mão única foi defendida pelo argumento de que mais recursos ao capital ampliariam o investimento e o emprego, beneficiando, portanto, os trabalhadores.

Durante o governo de Michel Temer, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o país experimentou uma intensificação das políticas neoliberais, com a aprovação da reforma trabalhista<sup>7</sup> de 2017, que alterou mais de 100 pontos da CLT, permitindo a prevalência de acordos coletivos sobre as leis trabalhistas. Além disso, o governo Bolsonaro deu continuidade a essa agenda, com propostas de mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, como a criação do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo<sup>8</sup> e a Lei da Liberdade Econômica<sup>9</sup>, que buscavam reduzir a intervenção do Estado e flexibilizar ainda mais as relações de trabalho.

Esse panorama geral reflete a intensificação da flexibilização e precarização do trabalho no Brasil, com uma crescente informalização e exploração dos trabalhadores, que têm visto seus direitos progressivamente diminuídos, ao mesmo tempo em que a legislação e as políticas públicas buscam se ajustar às demandas de um mercado global cada vez mais competitivo.

No campo educacional, essa dinâmica reflete-se na formação oferecida aos estudantes do ensino médio por meio do que tem se convenido denominar como Novo Ensino Médio<sup>10</sup> - Lei nº 13.415/2017, em especial aos do ensino noturno, majoritariamente composto por trabalhadores. Embora vislumbrem a educação como uma via para melhorar suas condições, os estudantes enfrentam desafios como currículos alinhados às demandas imediatas do mercado, limitando a capacidade de desenvolver autonomia crítica e enfrentar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista.

Para melhor compreensão de nosso estudo, o texto está estruturado da seguinte maneira: a seção a seguir apresenta considerações sobre os estudantes do turno noturno, destacando as condições de trabalho e

7 SINTIEFAL. Sobre a reforma trabalhista ver <https://www.sintiefal.org.br/2017/11/reforma-trabalhista-altera-em-mais-de-100-ponto-clt-saiba-o-que-mudou/>

8 BRASIL. Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/mpv/mpv905.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv905.htm). Acesso em: 18 jan. 2025. No entanto, a medida foi revogada em abril de 2020, antes de ser aprovada pelo Congresso Nacional.

9 BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e nº 13.105, de 16 de março de 2015; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 set. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113874.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113874.htm). Acesso em: 18 jan. 2025.

10 BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre a reforma do ensino médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 20 de jan. de 2025.

as lacunas educacionais enfrentadas por essa população. Adiante, traz resultados parciais de uma etapa da pesquisa de campo realizada com estudantes do ensino médio noturno da rede estadual do Rio de Janeiro. Por meio da execução de um grupo de discussão com estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, buscou-se trazer à tona as perspectivas desses jovens e adultos sobre a relação entre trabalho e educação.

## O estudante do turno noturno

O perfil do estudante do turno noturno é bastante diversificado, mas frequentemente reflete características que estão relacionadas a desafios sociais, econômicos e pessoais. Esses estudantes costumam ter uma rotina marcada por responsabilidades que vão além do estudo, o que influencia suas necessidades, motivações e dificuldades.

A opção dos estudantes pelo turno noturno geralmente está relacionada com a necessidade de trabalhar durante o dia, seja em empregos formais, informais ou como aprendizes. Embora haja um quantitativo considerável de adolescentes que frequentam o turno noturno na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o turno noturno também inclui adultos mais velhos que retomaram os estudos para concluir o ensino médio. A PNAD Contínua 2023<sup>11</sup> mostra que 9 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não completaram o ensino médio; em maior medida, homens (58,1%) e pretos ou pardos (71,6%). Ainda segundo a pesquisa, um marco de abandono é a entrada no ensino médio, geralmente aos 15/16 anos. A principal razão por trás desse número é a necessidade de trabalhar, apontada por 41,7% desses jovens, mais uma vez com prevalência entre homens (53,4%).

Posto isso, muitos são os desafios impostos para esses estudantes, como a dupla jornada de trabalho e estudo, a mobilidade urbana, a precarização das escolas, a falta de professores e a violência. No caso das mulheres, em sua maioria, a conciliação entre trabalho remunerado, gravidez, cuidados com os filhos e desempenho do trabalho doméstico – que se qualifica como uma jornada tripla – foi apontada por 32,6% delas como razão para o abandono dos estudos. Esses desafios impactam diretamente na atenção, no desempenho e na permanência escolar, o que corrobora com os números apresentados pela PNAD Contínua 2023.

Outro ponto a se destacar, caracterizante desse público, é a vulnerabilidade social e econômica. Grande parte desses estudantes vem de famílias de baixa renda e enfrentam dificuldades econômicas, sendo necessário ingressar

11 BELLO, L; BRITTO, V. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência IBGE** Notícias, publicada em 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>

no mercado de trabalho ainda muito jovem para contribuir com o sustento da família. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>12</sup>, no trimestre de setembro a novembro de 2024, a força de trabalho atingiu um recorde de 110,7 milhões de pessoas, com aumento de 0,8% em relação ao trimestre anterior e de 1,8% em comparação ao mesmo período de 2023. É nesse sentido que, ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores no Brasil, há uma redução imensa dos empregos formais. Segundo Antunes:

[...] a lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades do trabalho informal, intermitente, precarizado, flexível depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.<sup>13</sup>

Entretanto, apesar dos desafios, muitos possuem uma forte motivação para ampliar o seu grau de escolarização e melhorar as perspectivas de vida. A busca pela conclusão do ensino médio no turno noturno, frequentemente reflete o desejo de superar barreiras e conquistar melhores oportunidades.

O ensino médio noturno ocorre em diferentes modalidades e etapas: as mais difundidas são a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação profissional e o próprio ensino médio regular. No que tange à EJA, no estado do Rio de Janeiro, tem duração semestral para cada módulo correspondente do ensino médio, totalizando dois anos para sua conclusão. A modalidade vai ter protagonismo no presente texto devido aos interlocutores da pesquisa de campo, tende a ser procurada principalmente por pessoas que, por diferentes razões, não concluíram os estudos na idade regular e decidiram retornar à escola e é marcada por trajetórias permeadas por desigualdades no acesso à educação. Para aqueles que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, o ensino médio é visto como uma oportunidade de qualificação/certificação para acessar empregos formais, cursos técnicos ou até mesmo dar continuidade aos estudos no ensino superior, apesar dos desafios significativos. Já os estudantes que trabalham, buscam no diploma uma chance de conquistar melhores condições de emprego, como será abordado posteriormente.

Para esses “passageiros da noite”, como sinaliza Arroyo, a realidade é desafiadora. Muitos estudantes enfrentam longos deslocamentos entre o trabalho, escola e casa, contam ainda com os problemas da violência urbana como

12 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: Taxa de desocupação é de 6,1% e taxa de subutilização é de 15,2% no trimestre encerrado em novembro. **Agência IBGE Notícias**, publicada em 27 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42298-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-6-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-15-2-no-trimestre-encerrado-em-novembro>. Acesso em: 18 jan.2025.

13 ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 27.

toque de recolher, disputa de tráfego, transporte inseguro ou até mesmo a falta dele depois de certo horário. Para Arroyo:

Acompanhar esses passageiros noturnos do fim do dia em suas passagens não apenas nas filas, nos ônibus, mas em suas trajetórias como passageiros de amanhecer nas filas, nos ônibus, nas trajetórias para o trabalho. Que trabalhos? Diferentes, pois são mulheres, negros, negras, idosos, crianças, adolescentes. Vindo de diferentes trabalhos nas cidades, nos campos- os mais precarizados, porque o sistema escolar os reprovou e condenou a sem-diploma de conclusão do Ensino Fundamental ou do Médio.<sup>14</sup>

Portanto, os estudantes do turno noturno, sejam da modalidade EJA ou da educação profissional ou ainda do ensino médio regular, demandam estratégias que os ajudem a superar lacunas de aprendizado acumuladas em anos anteriores, um ambiente escolar que compreenda sua rotina e ofereça suporte, além de metodologias que os conectem com sua realidade e conteúdo do seu dia a dia. O estudante do ensino médio noturno é, antes de tudo, um exemplo de resiliência e determinação. Ele representa um grupo que, apesar das dificuldades, busca na educação uma oportunidade de transformação e melhoria de vida. Para melhor atendê-lo, é essencial que o sistema educacional reconheça suas especificidades e ofereça suporte adequado às suas necessidades.

Entretanto, indo na contramão da busca por uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, em 2017, o ensino médio passa por uma reformulação a partir da lei 13.415/2017, que prevê uma formação geral básica que abranja no máximo 1.800 horas organizadas em torno das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, a flexibilização do currículo em itinerários formativos com pelo menos 1.200 horas e a difusão da necessidade de oferta de cursos de qualificação profissional (não necessariamente de cursos técnicos de nível médio) que supostamente estariam em congruência com o dito mercado de trabalho.

Na rede estadual fluminense, com exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Projeto de Vida, todas as demais disciplinas tiveram sua carga horária redimensionada para serem lecionadas em dois dos três anos letivo e, nos casos de Sociologia, Filosofia e Arte, em apenas um dos anos. Particularmente no caso da EJA, quase todas as disciplinas tiveram redução de carga horária total a ser lecionada no decorrer dos quatro módulos. Mesmo Língua Portuguesa e Matemática, consideradas as mais importantes por conta dos testes padronizados de larga escala, tiveram redução, respectivamente de 320 e 300 horas para 240 horas. Embora a carga horária total tenha se mantido com 1.720 horas para a EJA, as horas excedentes retiradas das disciplinas tradicionais foram re-

alocadas nas disciplinas eletivas, itinerários formativos (denominados componentes de área) e Projeto de Vida.<sup>15</sup>

É possível entender o Novo Ensino Médio como uma série de reformas conforme o projeto histórico neoliberal, que foram executadas numa avalanche de medidas a serviço da classe dominante durante o governo Temer (2016-2018) e que engendrou ainda mais obstáculos à classe trabalhadora brasileira.

Uma reforma neoliberal na educação no Brasil tende a ter consequências ainda mais difíceis, dada a precariedade já existente no ensino público no país. A reforma do ensino médio segue imersa na oferta de itinerários formativos que mantêm a lógica de uma formação minimalista para os filhos da classe trabalhadora. Para além disso, a relação dos trabalhadores mais expropriados com o processo produtivo é marcada pela fragilidade e instabilidade, que constituem características centrais dessa classe. A linha tênue entre emprego e desemprego reflete a vulnerabilidade estrutural dos trabalhadores, sobretudo dos jovens, que enfrentam um cenário de insegurança e imprevisibilidade.

## A pesquisa de campo

A relação entre trabalho e educação tem sido um dos temas centrais para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente no contexto do ensino médio noturno. Este trabalho apresenta os resultados de uma etapa da pesquisa de campo realizada com estudantes do ensino médio noturno que conciliam o estudo e o trabalho, buscando explorar como suas vivências refletem as transformações do mercado de trabalho e as condições de precariedade laboral.

A pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender como os jovens e adultos trabalhadores, frequentemente inseridos em ocupações de baixa remuneração e alta rotatividade, conciliam suas demandas educacionais com as exigências do mundo do trabalho. Além disso, investiga-se como essa realidade impacta suas perspectivas futuras, tanto em termos profissionais quanto acadêmicos, a partir de um grupo de discussão realizado em uma escola pública de ensino médio no turno noturno, com seis estudantes do último módulo da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa busca lançar luz sobre as estratégias, desafios e aspirações desses jovens, evidenciando as contradições que permeiam suas trajetórias e a forma como enfrentam as condições impostas pelo capital em um mercado de trabalho cada vez mais instável.

Para ajudar na compreensão das falas, faz-se necessário caracterizar e identificar os estudantes. Entretanto, para manter a confidencialidade da pes-

<sup>15</sup> RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEDUC nº 6035 de 28 de janeiro de 2022. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2022, ano XLVIII, N° 023, Parte I, p. 17-42. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/resolucao-6035.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

quisa, optamos por nos referir aos alunos como: A, B, C, D, E e F. Dos seis estudantes entrevistados, dois se identificaram como brancos, dois como pardos e dois como pretos. Desse público, quatro se compreendem como homens cis e duas como mulheres cis. Sobre a faixa etária, um estudante tinha 19 anos, dois estudantes com 28 e 29 anos e os outros três com 44, 54 e 59 anos. O mais velho estava em sua primeira experiência com a escola, pois segundo ele, começou a trabalhar aos 12 anos de idade para contribuir com a renda de sua família. Na entrevista, todos os estudantes estavam empregados nas seguintes ocupações: doméstica, jovem aprendiz, frentista, porteiro, faxineiro e o estudante F que apenas disse trabalhar no mercado financeiro. Todos os estudantes declararam ter optado pelo ensino noturno devido à necessidade de trabalhar e, como segundo motivo, devido à idade avançada.

Observamos que o trabalho constitui um importante, senão o principal, determinante da formação das sociedades, sendo o meio pelo qual o homem constrói tanto o seu ambiente quanto a si mesmo, em conformidade com as condições reais de que dispõe. Nesses termos, Lukács dirá que o trabalho é dotado de um pôr teleológico, pois é dotado de uma finalidade para dar um salto qualitativo em relação aos demais animais. Assim, o trabalho é a categoria ontológica central<sup>16</sup>

(...) através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material.

Não diferentemente, pode-se perceber isso, logo na primeira rodada de perguntas. Ao pedir que os estudantes falassem um pouco de sua vida, todos os relatos destacaram a importância do trabalho na sua dinâmica de vida e as maneiras de conciliar com o estudo para futuramente conseguirem melhores empregos.

Eu trabalho no turno da tarde, de 13 às 17h, e assim que saio do trabalho eu venho direto para a escola. Quando chego em casa, eu tento dar uma estudada, porque ano que vem tem a faculdade e eu venho dedicando meu tempo a noite para dar uma estudada. Estou nesse emprego há 10 meses. Consegui esse emprego através de um programa feito na minha comunidade de jovem aprendiz. (Estudante A).

prosegue:

Minha vida é uma correria! Trabalho em Botafogo em um condomínio. Pego das 7h às 20h e venho para a escola na medida do possível para concluir. Se com o ensino médio completo você não garante uma vaga de emprego adequada, porque no ensino médio eles pedem, o ensino médio completo, daí no caso se você não tiver o ensino médio completo você é desclassificado. Estou nesse trabalho há dois anos e estou indo.

Seguido de uma fala que expõe o trabalho de maneira precarizada, sem direito a descanso:

(...) cansado, muito cansado de cobranças, vendas, metas... Trabalho oito horas por dia de segunda a segunda, cheio de conta, mas caminhando, né? Terminando depois de 30 anos sem estudar (...) eu penso de mudar de trabalho, de função. Comecei a trabalhar desde muito cedo e nunca parei!

Nesse sentido, Marx nos diz que todo o processo produtivo está pautado em uma determinada configuração da composição orgânica do capital, a qual sofre variações de acordo com o período histórico. Para tanto, o emprego é entendido como a “magnitude da parte variável do capital”. Embora haja um crescimento do capital global que absorva trabalhadores, essa absorção nunca ocorre de forma plena, resultando em uma população trabalhadora “excessiva”.

Após a primeira pergunta, chamei a atenção para um ponto: quando solicitado que descrevessem como eram suas vidas, todos sem exceção, destacaram o trabalho como tema central. Portanto, como o trabalho é um tema central em suas vidas, eles pouco ou nada conseguem pensar na vida para além do trabalho. Por isso, a segunda pergunta foi direcionada a essa questão. Qual opinião que eles têm sobre a função que exercem, se o salário é compatível com seu esforço e se supre suas necessidades. A estudante B compara seu trabalho antigo com o novo, apesar de exercer a mesma função, ela consegue ver diferenças:

Hoje o que faço, está melhor do que antes, é claro que não é um salário que dá para fazer tudo, viver bem, é o mínimo para sobreviver. No meu antigo trabalho, eu era doméstica; nesse eu continuo sendo, mas ganho melhor e o trabalho é mais tranquilo. (Estudante B).

Corroborando a fala da estudante B, o estudante D aponta para uma nova reorganização laboral, apesar de também exercer a mesma função, essa reorganização mudou seu salário, o que fez com que procurasse complemen-

tar sua renda:

Eu trabalho de porteiro há 25 anos. Nesse novo emprego é melhor porque eu trabalho dia sim, dia não, mas o salário é bem menor. Daí eu termino tendo que trabalhar no outro horário. Trabalho em casa mesmo. Sempre dá para ganhar mais de um salário-mínimo. Eu lavo carro, daí trabalho 13 horas por dia, direto, sem parar! Não dá para ganhar dinheiro, mas dá para criar a família. (Estudante D).

O capitalismo tende a prolongar a jornada de trabalho para extrair o máximo de mais-valia absoluta, isso resulta em jornadas extenuantes, que desgastam física e mentalmente os trabalhadores, colocando em risco sua saúde e vida. Além de estender o tempo de trabalho, a busca capitalista aumenta a intensidade das tarefas realizadas, exigindo mais esforço em menos tempo (mais-valia relativa). Para a estudante A, o salário não é compatível com sua função, pois segundo ela:

Ultimamente, eu acho que eles estão abusando um pouco da minha capacidade. Eu estou fazendo coisas que não são do meu contrato, existem pessoas formadas, mais capacitadas para fazer o serviço e a minha remuneração não bate com o que eu acabo trabalhando. Por isso acho injusto. Acho muito pouco o que recebo, mas vou levando e tenho fé que vou arrumar algo melhor. (Estudante A).

Marx<sup>17</sup> destaca que o salário dá uma impressão falsa de que o trabalhador é pago pelo valor integral do seu trabalho. Na verdade, ele recebe apenas uma fração do valor que produz, e o excedente (a mais-valia) é a recuperação pelo capitalismo como lucro.

Após as reflexões feitas sobre o que para eles é central, o trabalho, questioneei sobre a escola, com as recentes mudanças ocasionadas pela lei 13.415/2017 que institui a reforma do ensino médio, algumas alterações significativas, já citadas no texto implicaram também no turno noturno. Sobre essas mudanças, perguntei o que mudou para eles e se há diferença entre os turnos escolares.

Antes de estudar na EJA, à noite, eu estudava de manhã. Não faltava professores. Eu cumpria o horário direitinho, das 7h às 13h, e a noite simplesmente tem dois, três tempos de aula por dia e quando tem!

<sup>17</sup> MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Eu, inclusive, esse ano não consegui fazer o Enem por achar que a gente não tem conteúdo necessário, como a gente tem poucas aulas, perdemos muitas disciplinas com essa nova grade e eu preciso trabalhar. Esse ano eu decidi não fazer o ENEM, pois não tenho conteúdo necessário para fazer a prova. (Estudante A).

Nós estamos terminando o ano e nunca tivemos uma aula de Química. Só que eu acho que deveriam entregar mais conteúdo para nós. Como que a gente vai fazer a prova do ENEM, se a gente não teve essas matérias? (Estudante C).

Cabe dizer que esse conteúdo considerado necessário, ao qual a estudante se refere, são as disciplinas tradicionais do currículo escolar que, conforme exposto na seção anterior, foram diminuídas em função das diretrizes pedagógicas previstas pela reforma do ensino médio. Assim, a sensação generalizada por parte dos partícipes do ensino médio na rede estadual é a de que a formação escolar tem sido ainda mais comprometida.

A educação, vista como ferramenta para o desenvolvimento econômico e formação de capital humano, busca alinhar o ensino médio às demandas imediatas do mercado de trabalho. Esse processo educacional embasado pelo Novo Ensino Médio busca moldar subjetividades alinhadas à cultura empresarial e formar jovens capazes de enfrentar incertezas, adaptando-se a mudanças constantes e encarando a imprevisibilidade como oportunidade para novos desafios. Apesar de todos os problemas apontados pelos estudantes, eles ainda insistem numa vida melhor através da educação. Ao final, após dialogar sobre as dificuldades de conciliar trabalhos extenuantes, precários e mal remunerados com uma educação contestável, os estudantes falaram um pouco sobre seus projetos de vida após a conclusão do ensino médio, se a formação proposta pela escola é satisfatória ou não. Vejamos:

Meu maior incentivo é meu sonho de fazer faculdade. Não acho que o ensino médio me prepara para fazer faculdade, pois como falei, esse ano eu não consegui fazer o Enem por conta de achar que eu não tenho conteúdo suficiente, mas com o básico a gente se vira e nos próximos cinco anos, eu quero estar formada, talvez com minha casa própria. É isso. (Estudante A).

Corroborando com a fala da Estudante A, a estudante B também não se sente apta com a conclusão do ensino médio e pensa que a curto prazo não verá muita diferença.

Meu incentivo de estudar é por conta do emprego. Eu desisti muito cedo, daí você perde as oportunidades de trabalho. Sobre a escola, a gente tem muita falta de matéria importante, muitos dias de aula sem professores. Por mais que a gente queira terminar, muita coisa faltou. Eu não me vejo formada daqui a 5 anos, é claro que a gente vai tentar, um curso..., mas formada em 5 anos com a formação que a gente teve é pouco. (Estudante B).

Já o estudante C destaca a preocupação com sua mãe por ser uma trabalhadora autônoma e frisa querer galgar um lugar melhor no mundo de trabalho para protegê-la, defende a qualidade de vida e jornadas de trabalho não tão exaustivas:

Eu acho que deveriam ter mais professores para apresentar conteúdo suficiente para preparar as pessoas para a faculdade. Eu quero dar uma vida melhor para a minha mãe, porque minha mãe é trabalhadora autônoma e trabalhou como doméstica, o que eu puder fazer por ela, eu vou fazer. Fazer um curso ou uma faculdade, ter um emprego melhor. Não quero mais trabalhar de domingo a domingo a vida toda. (Estudante C).

Já o estudante D, analfabeto até os 50 anos, relata a felicidade que foi começar a ler e a escrever e ser motivo de orgulho para a família. Apesar do seu objetivo principal ter-se concretizado, disse não querer mais parar de estudar:

Eu nunca estudei, né?! Vim para a escola com 50 anos de idade para tirar minha carteira de motorista. Já tive muita vontade de desistir, mas não dá para fazer isso. O garoto meu dá reforço social na igreja, eu vou tentar estudar com ele para melhorar mais. Talvez fazer um técnico de síndico. Quero ser síndico profissional. Talvez eu me aposente... (Estudante D).

Outro estudante se limitou a dizer que: "o sistema nunca vai colocar mais disciplinas, isso é um sonho impossível. Até para a pessoa se reerguer". (Estudante E).

Os depoimentos mostram que o trabalho é central em suas vidas, deixando pouco espaço para outras atividades. Há queixas sobre a precariedade do trabalho, baixos salários, sobrecarga e falta de reconhecimento. Ainda assim, a educação, mesmo com todos os problemas repetidos à exaustão, ainda parece ser uma porta de vislumbre a uma condição de vida melhor.

## Conclusão

Marx afirma que, ao se apropriar da força de trabalho, o capital não se limita à capacidade produtiva do trabalhador, mas também incorpora o saber acumulado que faz parte do “saber social” produzido pela sociedade. Esse trabalhador encontra-se em constante interação dialética com os meios de produção e os processos de circulação, que compõem o sistema global de acumulação capitalista. Nesse contexto, ciência e tecnologia tornam-se elementos essenciais das forças produtivas do grande capital. Entretanto, devido à dinâmica de expansão e retração do capital, muitos trabalhadores permanecem em situações de subemprego ou desemprego.

Os relatos dos estudantes refletem essa realidade de precariedade, trabalhos temporários, baixos salários e jornadas exaustivas. A inserção de jovens e adultos em ocupações como empregada doméstica, porteiro e frentista, marcadas pela alta rotatividade e remuneração insuficiente, conforme evidenciado nas entrevistas, reforça sua posição como uma força de trabalho vulnerável e facilmente descartável.

Entretanto, os estudantes veem a educação como um caminho para escapar de trabalhos precarizados, mas relatam que o ensino médio noturno não oferece a formação necessária para melhorar sua condição no mercado de trabalho. A reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017), ao alinhar a educação às demandas imediatas do mercado, reforça uma formação funcional para a reprodução do sistema capitalista, moldando trabalhadores para funções específicas sem proporcionar ampla autonomia crítica. Aqui, vale destacar a insatisfação com a formação recebida e a percepção de que ela reflete a inépcia das políticas educacionais em oferecer uma alternativa para os trabalhadores escaparem da condição de reserva.

Apesar da precariedade relatada, os estudantes mantêm aspirações de melhorar sua condição de vida, evidenciando a contradição entre o potencial emancipador da educação e sua instrumentalização pelo capital. Esses trabalhadores, submetidos a condições laborais precárias e formados em um sistema educacional desarticulado de suas necessidades, compõem a reserva de força de trabalho essencial à acumulação capitalista. A análise demonstra que, enquanto o capitalismo se beneficia da existência de trabalhadores excedentes, esses indivíduos mantêm a esperança de superação, reforçando a complexidade das dinâmicas de exploração e resistência no sistema atual.